



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. VICENTINHO JÚNIOR)

Proíbe influenciadores digitais de divulgarem conteúdos sobre temas que demandem conhecimento especializado e que possam representar risco para seus seguidores, salvo se possuírem certificação ou comprovação de qualificação técnica sobre o assunto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado ao influenciador digital divulgar conteúdos sobre temas que demandem conhecimento especializado e que possam representar risco para seus seguidores, salvo se possuir formação, certificação, registro profissional ou comprovação de qualificação técnica sobre o assunto, devidamente informada aos seus seguidores.

§ 1º Dentre os temas previstos no *caput*, incluem-se os relativos a:

- I – medicamentos, terapias e serviços e procedimentos médicos;
- II – bebidas alcoólicas;
- III – tabaco e seus derivados;
- IV – defensivos agrícolas;
- V – serviços de apostas e jogos de azar; e
- VI – serviços e produtos bancários e financeiros.

§ 2º A vedação de que trata o *caput* também se aplica à promoção e à participação do influenciador digital em ações de comunicação,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Vicentinho Júnior**

propaganda, publicidade e *marketing* dos bens e serviços previstos no § 1º e outros cujo consumo possa representar risco aos seus seguidores.

§ 3º Nas ações de que trata o § 2º, o influenciador digital deve informar de forma destacada a natureza comercial do conteúdo divulgado, a identificação da pessoa física ou jurídica responsável pelo pagamento e os riscos associados ao consumo do bem ou serviço.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei consideram-se a definição de “aplicações de internet” da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), e as seguintes definições:

I – influenciador digital: pessoa natural usuária de rede social que divulga, de forma remunerada ou não, conteúdos na rede social a número mínimo de seguidores definido em regulamentação;

II – seguidor: usuário de rede social que acompanha ou acessa com regularidade os conteúdos divulgados por outro usuário da rede social; e

III – rede social: aplicação de internet que tem como principal finalidade o compartilhamento e a disseminação, pelos usuários, de opiniões e informações veiculadas por textos ou arquivos de imagens, sonoros ou audiovisuais, em uma única plataforma, por meio de contas conectadas ou acessíveis de forma articulada, permitida a conexão entre usuários.

Art. 3º O descumprimento do disposto no art. 1º sujeitará o infrator às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras penalidades previstas em legislação:

I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II – multa diária de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e

III – suspensão temporária da conta ou perfil na rede social pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.





Art. 4º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, o papel dos influenciadores digitais ganhou grande relevância na formação de opiniões e comportamentos, especialmente entre os jovens. Plataformas digitais tornaram-se espaços de ampla difusão de informações, muitas vezes sem qualquer tipo de filtro, verificação ou fundamentação. Diante desse quadro, é crescente a preocupação com a disseminação de conteúdos sobre temas de elevada complexidade por pessoas sem a devida qualificação técnica, sobretudo em áreas críticas como saúde, finanças, direito e educação. Essa prática tem o potencial de gerar graves prejuízos individuais e coletivos, na medida em que orientações incorretas ou incompletas podem induzir o público a adotar condutas perigosas ou prejudiciais.

A ausência de regulamentação específica para a atuação dos influenciadores em temas que exigem conhecimento especializado abre espaço para a desinformação e para a banalização de assuntos sérios e com grande repercussão na vida das pessoas. Em muitas situações, conteúdos que aparentam ter credibilidade são, na verdade, baseados em opiniões pessoais ou informações não fundamentadas, o que pode levar seus seguidores a adotar decisões equivocadas. Casos de automedicação, investimentos financeiros de alto risco e práticas inadequadas de alimentação e exercícios físicos são apenas alguns exemplos que ilustram as consequências diretas desse fenômeno. Assim, torna-se urgente estabelecer critérios mínimos de responsabilidade e qualificação para a divulgação de conteúdos de natureza técnica.

Assim, o presente projeto de lei tem como objetivo proteger o interesse público, assegurando que apenas pessoas devidamente certificadas ou comprovadamente qualificadas possam divulgar nas redes sociais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Vicentinho Júnior**

informações que demandem conhecimento técnico especializado. É oportuno registrar que a intenção da proposta não é estabelecer uma limitação desarrazoada e desproporcional à atuação dos influenciadores digitais, mas garantir que temas sensíveis sejam tratados com a seriedade e o embasamento que merecem, no intuito de preservar o bem-estar da coletividade. Dessa forma, promove-se um ambiente digital mais seguro, transparente e responsável, onde o público poderá confiar nas informações que consome com maior segurança.

Em suma, a aprovação da proposta apresentada contribuirá para o fortalecimento da ética na comunicação digital, incentivando os influenciadores a atuarem com mais responsabilidade e respeito em áreas do conhecimento de grande sensibilidade para a segurança das pessoas. Ao exigir comprovação de qualificação, o Estado cumpre seu papel de proteger a sociedade contra os efeitos nocivos da desinformação, sem comprometer a liberdade de opinião. Trata-se, portanto, de uma iniciativa equilibrada e necessária para harmonizar o direito de livre manifestação com o dever de garantir informação correta e segura à população.

Em virtude dos argumentos elencados, solicitamos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2025.

VICENTINHO JÚNIOR
Deputado Federal-PP/TO

